

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL, UM COMPARATIVO ENTRE OS GOVERNOS DE FHC E LULA.

Messias Elmiro Gomes Loiola de Oliveira; Paulo Daniel Dias Ripardo;

(Universidade Estadual Vale do Acaraú; messias_elmiro@outlook.com;))

RESUMO

O artigo faz um comparativo histórico da distribuição de renda no Brasil entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010) utilizando o coeficiente de Gini como índice de comparação analisando os resultados dos incentivos governamentais dessas gestões. Considera-se a intervenção do governo na economia através de programas de transferência de renda, destacando a eficiência do programa “Bolsa Família”, observando sua relação com a redução da extrema pobreza e o surgimento da “nova classe média”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa por não haver preocupação com resultados numéricos e num aprofundamento de informações sobre um grupo social em determinado período de tempo, a pesquisa é totalmente bibliográfica, baseando-se em reportagens e artigos científicos publicados sobre o tema. O trabalho observa criticamente a relação entre o crescimento econômico e a melhora na distribuição de renda observada no Brasil na primeira década do século XXI, utilizando a hipótese do “U invertido” na qual o crescimento econômico inicia-se pela transferência de trabalho do setor rural para o industrial o que elevaria a desigualdade, só vindo a diminuir quando a maior parte da força de trabalho já estivesse na indústria, portanto conclui-se que não há necessariamente uma relação direta entre crescimento econômico e melhor distribuição de renda. O artigo mostra que o governo Lula adotou uma política econômica mais “keynesiana” lançou um programa de transferência de renda mais eficiente do que a de FHC que teve uma postura oposta, no caso mais neoliberalista, diversas crises internacionais atrapalharam o bom andamento econômico do seu segundo mandato, embora este também tenha trazido avanços sociais importantes para o país.

Palavras-chave: transferência de renda, avanços sociais, liberalismo e keynesianismo.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma das piores taxas de distribuição de renda do mundo, comparável com o de economias africanas. Observa-se que intervenção do governo na economia na última década através de programas de transferência de renda e o crescimento econômico recente proporcionou avanços socioeconômicos significativos como forte redução da extrema pobreza e a ascensão da “nova classe média”, todavia, a

desigualdade continua sendo um dos maiores problemas do país estima-se que os 10% mais ricos detêm 53,8% da riqueza do país. As recentes políticas de distribuição de renda objetivam gerar capacidade de consumo às classes menos favorecidas a fim de reduzir a desigualdade social e erradicar a miséria. Essas amenizaram a concentração de renda no Brasil e tornaram-se referência para outros países.

O presente artigo tem por objetivo analisar as medidas e a magnitude dos resultados de incentivos governamentais à distribuição de renda no Brasil, observando como os últimos governos contribuíram para uma melhor distribuição de recursos entre as diferentes classes sociais brasileiras, observando o contexto socioeconômico em que as medidas foram tomadas. Analisa-se com base em revisão bibliográfica se o forte crescimento econômico da década passada foi fator preponderante para uma distribuição mais igualitária.

Observa-se um confronto de dois pensamentos econômicos presentes nas últimas gestões: o neoliberalismo que propõe a não intervenção do Estado na economia refletido em medidas adotadas por Fernando Henrique Cardoso, principalmente privatizações; e a influência Keynesiana observada durante o governo Lula, onde o Estado teve forte presença na economia, dando bastante incentivo ao desenvolvimento da mesma através de transferência de renda e complementos a iniciativa privada. Faz-se um comparativo entre os modelos dando ênfase na análise evolutiva da distribuição de renda no país, identificando as estratégias utilizadas e seus impactos para mitigar a concentração de recursos nas mãos de poucos, tendo como base histórica as últimas gestões presidenciais brasileiras, o comparativo é feito através do coeficiente de gini.

2. METODOLOGIA

Classifica-se o a pesquisa como qualitativa, pois não se preocupa com a representatividade numérica, e sim em aprofundar o conhecimento sobre um determinado grupo social em um período de tempo determinado, no caso a renda brasileira entre as décadas de 1990 e 2000.

Também é descritiva, na qual se analisa a recente melhora distribuição de renda no Brasil, estudando acontecimentos relacionados à evolução da igualdade socioeconômica no país. Segundo Gil (2008) o objetivo desse tipo de pesquisa é descrever as características de uma população, fenômeno ou experiência, sem nenhuma intervenção dos pesquisadores. No caso estuda-se o fenômeno econômico vivido pelo Brasil nas últimas décadas, onde a população carente adquiriu proporcionalmente mais renda do que a classe mais favorecida e fez o país ser reconhecido mundialmente por seus

programas de transferência.

Nessa pesquisa o assunto é do conhecimento geral, mas, visa abordar novas visões sobre uma realidade já conhecida, exigindo do investigador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar. Pode assumir o formato de estudo de caso ou de um levantamento e, quando estabelecer relações entre variáveis, torna-se possível gerar resultados.

Trata-se de uma revisão bibliográfica abrangendo uma vasta bibliografia já publicada sobre o tema em artigos científicos, jornais, revistas ou livros. Segundo Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática.

3. ANÁLISE DE DADOS

No início do século XXI, o Brasil experimentou um período de forte crescimento econômico paralelamente a uma distribuição de renda mais igualitária, entretanto há questionamentos quanto à comprovação de uma relação direta entre esses fenômenos, pois, o PIB (Produto Interno Bruto) mede toda a produção de um país, sem levar em conta a depreciação, durante determinado período de tempo, geralmente um ano, dessa forma não expõe a heterogeneidade econômica da população, mesmo quando dividido pelo número de moradores (per capita).

Para definir a relação entre essas duas variáveis deve-se inicialmente considerar as causalidades das mesmas. As principais questões são a formação e a reprodução da desigualdade. Para Diniz (2005), ocorre uma dupla relação de causa-efeito entre essas variáveis. Baseando-se na hipótese do “U invertido” proposta por Kuznets (1955). No início do crescimento econômico, quando acontece a transferência da forma de trabalho do setor rural, menos produtivo, para a industrialização, mais produtiva, a desigualdade aumentaria. Posteriormente, quando a maioria da força de trabalho estivesse trabalhando na indústria, a desigualdade diminuiria.

Essa relação é motivo de bastantes questionamentos, segundo diversos modelos, a desigualdade pode estimular ou inibir o crescimento. Alesina e Rodrik (1994) propõem que os gastos governamentais e as políticas redistributivas têm efeitos negativos sobre o acúmulo de capital, classificando como uma injustiça que as alíquotas dos impostos fossem cobradas em conformidade com a renda do contribuinte, já que os serviços seriam oferecidos da mesma maneira para todos independentemente da renda, assim, a diminuição no acúmulo de capital causaria menor crescimento. Já Bourguignon (1981)

defende que como os ricos têm maior capacidade de poupar do que os pobres, a taxa de investimento tenderia para elevações nas economias mais desiguais, possibilitando de certa forma, um crescimento mais rápido. Por fim, outros autores, como Barro (2000), Lopez (2004), não encontram relação entre as duas variáveis e observam que a taxa de investimento possuem insignificantes dependência com a desigualdade.

A melhor maneira para identificar a evolução da distribuição de renda no Brasil, é analisando o Índice de Gini do país durante o período estudado, também conhecido como Coeficiente de Gini, é uma medida estatística usada para identificar a desigualdade social de uma determinada região. Foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, em 1912, com o objetivo de calcular o grau de concentração de renda, de acordo com a escala que vai de **0** a **1**, sendo **0** quando não há desigualdade e **1** representa desigualdade máxima. Logo, quanto menor é o valor numérico do Coeficiente de Gini, menos desigual é o local. Segundo NISHI (2010) uma das vantagens do Índice de Gini está na sua capacidade de mensurar a distribuição de renda não se limitando a outros dados, porém mostra a desigualdade de renda de forma estática, pois não dar ênfase nas oportunidades ou no potencial que determinado local possui para se tornar, a curto e longo prazo, mais ou menos desigual.

De acordo com os dados históricos do Índice de Gini do Brasil, podemos observar na tabela abaixo que houve uma redução dos seus números na década de 1990, e um intenso processo de melhoria a partir dos anos 2000.

1990	0,613884	2000	-
1991	-	2001	0,596082
1992	0,582522	2002	0,589267
1993	0,604437	2003	0,583034
1994	-	2004	0,572372
1995	0,600507	2005	0,569438
1996	0,602054	2006	0,562936
1997	0,602092	2007	0,556043
1998	0,600155	2008	0,547563

1999	0,593974	2009	0,542751
------	----------	------	----------

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Nas últimas décadas a economia mais estabilizada possibilitou ao governo brasileiro realizar programas de transferência de renda e proteção social, o que de acordo com relatório publicado em maio de 2015 pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) estão diretamente relacionados com a redução das desigualdades socioeconômicas no país. O mesmo documento destaca que essa queda foi observada em toda a América Latina e diz que o Brasil acertou nas medidas para redução da pobreza e elevação da igualdade, destacando o “Bolsa Família”, a queda das taxas de desemprego e o aumento salarial.

O controle da inflação foi fator preponderante para estabilizar a Economia no país, dessa forma as famílias hipossuficientes tiveram mais oportunidade para planejar orçamentos futuros, além de ficar mais fácil empreender, isso fez com que muitas famílias prosperassem, surgindo a chamada “nova classe média brasileira”, que atualmente representa mais da metade da população economicamente ativa do país, esses avanços também foram incentivados pelos programas de transferência de renda, a ascensão dessa classe é reflexo de uma melhor distribuição dos recursos.

Após anos de inflação galopante, baixo crescimento econômico e crises políticas, o Brasil, recém-saído da ditadura militar conheceu durante o governo de Itamar Franco o “Plano Real”, tendo Fernando Henrique Cardoso, com um dos seus idealizadores. Esse plano surtiu efeito positivo sobre a economia do país, e a boa visibilidade do então ministro da Fazenda o fez candidato à presidência da República, sendo eleito logo no primeiro turno.

Durante seu primeiro mandato foi dado continuidade ao processo de reformas estruturais a fim de deixar a economia estável e evitar a volta da inflação. Além disso foi criado o “Comunidade Solidária” a fim de combater a concentração de renda, uma junção de programas criados na gestão anterior com novos, observa-se que o projeto não surtiu o efeito de esperado pelo menos de imediato, importante destacar que entre 1995 e 1997 o Brasil ficou mais desigual, como é refletido na tabela do índice de Gini citada anteriormente.

Fernando Henrique enfrentou diversas crises internacionais tais como a Crise Russa, Crise Argentina, o “11 de setembro”, mas, mesmo assim, conseguiu índices inflacionários em taxas menores do que as do início da década de noventa, entretanto, houve altas taxas de desemprego, que assolaram milhares de pessoas; e o

alto índice de corrupção política, que desviou investimentos de áreas importantes para o desenvolvimento do país. Além disso, as privatizações de grandes empresas brasileiras como a Companhia Vale do Rio Doce foi mal visto por grande parte da população.

Ainda ocorreu um aumento da concentração de renda no país. A maioria da população era pobre e tinha baixa renda econômica. Enquanto, a minoria (os ricos) tinha grande parte do poder econômico que acentuava a desigualdade social no país. Segundo um relatório da ONU de 1999, os 20% mais pobres do Brasil detinham apenas 2,5% da renda nacional, ao passo que os 20% mais ricos possuíam 63,4%.

Em suma, podemos dizer que no governo Fernando Henrique houve um forte avanço socioeconômico devido à estabilidade de preços – embora a inflação tenha voltado a crescer no segundo mandato – e uma melhora no serviço público com a lei de Responsabilidade Fiscal, porém, isso não significou uma melhora significativa na desigualdade social no país, pois seus projetos sociais não foram tão eficientes quanto o de seu sucessor.

Eleito em outubro de 2002, Luís Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro presidente brasileiro não oriundo das classes elitistas, tomou posse em 01 de janeiro de 2003, em meio a um cenário de insatisfação popular deixada pelo ex-presidente. Terminando seu mandato em 31 de dezembro de 2010 com uma taxa de aprovação elevadíssima, na época considerado um dos chefes de estado mais populares do mundo.

Segundo o *site* “Brasil 247” Lula aproximou-se da população menos favorecida, criando em 2003 um dos maiores programas de distribuição de renda do mundo, o “Bolsa Família”, que transfere uma pequena quantia para as famílias hipossuficientes, desde que estejam registradas no “Cadastro Único”, uma forma de integração com outras políticas, com ações de capacitação profissional e de apoio à geração de trabalho e renda, de educação para jovens e adultos, de melhoria do acesso à moradia, dentre outras, com o objetivo de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias, além de oferecer o acesso à rede de serviços públicos como saúde, educação e assistência social. Essas ações proporcionaram qualidade de vida aos seus beneficiários, inclusive, muitas delas podem construir as condições para o seu próprio sustento e vir a deixar o programa algum dia.

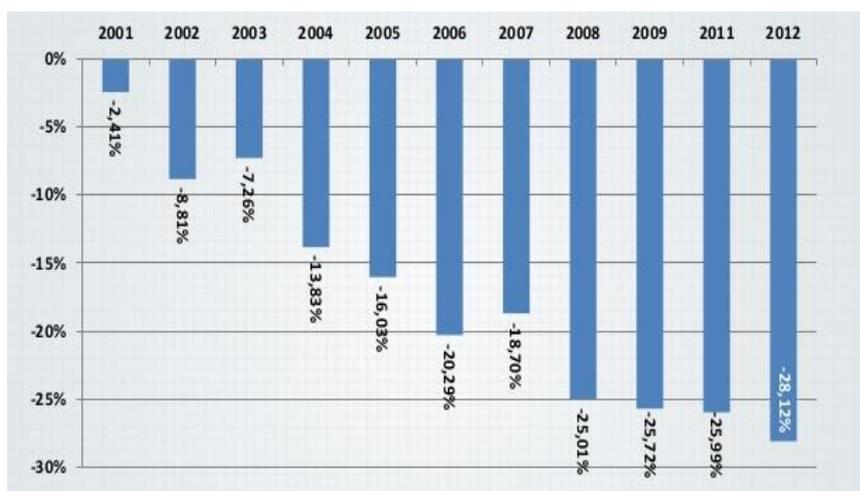


Figura 1: Redução da extrema pobreza no Brasil. fonte: IPEA

Em 2015 segundo a Agência Brasil o bolsa família atendia mais de 50 milhões de pessoas, sendo o maior programa de transferência do planeta, diminuindo em 28% a extrema pobreza brasileira. O programa tornou-se referência mundial no combate à concentração de renda, recentemente, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome recebeu comitivas de 97 países, interessadas em entender o funcionamento do programa. O último Relatório de Desenvolvimento Humano publicado em 2015 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), classifica o programa como essencial para a redução da pobreza multidimensional no Brasil, por ampliar o acesso a serviços essenciais.

Além disso, houve a política de valorização do salário-mínimo considerando a inflação registrada e a evolução do produto interno bruto do ano anterior, com isso, houve um aumento real do mesmo de 74% entre 2003 e 2010, aumentando o poder de compra brasileiro. Essas políticas surtiram efeitos positivos sobre a distribuição de renda no país, verifica-se que entre 2002 e 2007 a renda familiar per capita cresceu 5,4% anualmente. Sendo que a renda das famílias menos favorecidas cresceu 9%, enquanto que a das mais ricas aumentou 4%.

Muito embora, o governo Lula tenha sido muito mais eficiente nesse quesito do que seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, pois, observando a evolução histórica do índice de Gini do Brasil, percebe-se uma redução de 6,9% entre 2003 e 2009, e de apenas 1,9% entre 1995 e 2002, ou seja, Lula fez uma distribuição mais igualitária e bem mais eficiente que FHC, no mesmo período de tempo.

Observou-se a relação entre o crescimento econômico brasileiro e a melhoria na distribuição de renda do país, utilizando das opiniões de vários autores com diferentes visões, pelo que foi dito, percebe-se que o crescimento por si só não é fator preponderante para distribuir mais igualmente, defendendo assim o mérito

dos programas nacionais de transferência.

4. CONCLUSÃO

Percebe-se que nos últimos anos o Brasil se destacou mundialmente devido o crescimento de sua economia – mesmo estando em recessão em 2015 e 2016 – e no combate à concentração de renda. O mesmo mostra que embora o forte aumento da Economia na primeira década do século XXI seja associado com a melhoria na distribuição, isso não tenha uma relação direta, pois um país pode elevar sua economia e manter a concentração de renda.

Após confrontar duas linhas de pensamento econômicos predominantes nos últimos governos do Brasil fica notório que ambas foram importantes para o progresso do país. O governo de Fernando Henrique Cardoso, embora mais próximo dos ideais neoliberais, realizou muitos investimentos na área social, a relação entre gasto social e PIB foi de 20% em 1995 para 24% em 2000, entretanto não obtivera tanto êxito, pois aplicava mal o dinheiro arrecadado, desenvolvendo programas que não alcançavam de maneira objetiva toda a classe hipossuficiente brasileira. Até que em janeiro de 2004 o governo Lula lançou o programa “bolsa família” que trouxe efeitos benéficos que foram refletidos no coeficiente de Gini.

Além disso, analisou-se a relação entre o forte crescimento econômico da década passada com os avanços na igualdade de renda, há uma sensação de que essas variáveis são dependentes, apresentaram abordagens divergentes quanto o assunto por autores da área e se constatou que o crescimento por si só não garante uma melhor distribuição, por isso, percebe-se que os programas de transferência foram essenciais para diminuir a concentração de renda no Brasil.

O trabalho pode ser utilizado como referencial teórico para futuras pesquisas, fornecendo dados importantes sobre a história recente da economia brasileira. Dada à importância do assunto, sugerem-se para próximas pesquisas abordagens regionais, comparando a eficiência dos programas distribuição de renda dos governos em determinados estados, regiões ou municípios.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Agência Brasil. Relatório aponta redução da desigualdade de renda no Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/relatorio-aponta-reducao-da-desigualdade-de-renda-no-brasil>., Acesso em 12 de agosto de 2017;
2. ALESINA A.; RODRIK, D. Distributive policies and economic growth. Quarterly Journal of Economics, v.109, n.2, p.465-490, may. 1994.
3. BARRO, R. Inequality and growth in a panel

of countries. *Jornal of Economic Growth*, v.5, n.1, p.5-32, mar. 2000.

4. BOURGUIGNON, F. The Growth Elasticity of Poverty Reduction: Explaining Heterogeneity across Countries and Time Periods. Em: Eicher, T. e S. Turnovsky, *Inequality and Growth: Theory and Policy Implications*. Cambridge: The MIT Press, 2002.

5. Brasil 247. FHC melhorou serviços, Lula distribuiu renda. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/economia/117659/FHC-melhorou-servicos-Lula-distribuiu-renda.html>, Acesso em 16 de agosto de 2017;

6. Carta Capital. Entenda como funciona o Bolsa Família. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>, Acesso em 15 de agosto de 2017;

7. DINIZ, M. B. Contribuições ao estudo da Desigualdade de Renda entre os Estados Brasileiros. 2005. 291f. Tese (Doutorado em Economia) – CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

8. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

9. KUZNETS, C.G. Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, v.45, p.1-28,1955.

10. LOPEZ, J.H. Pro-growth, pro-poor: is there a trade-off? Washington, DC: Policy Research Report on Gender and Development, The World Bank, 2004. 29p (Working Paper Series, n.3378)

11. MANKIW, N.G. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1995.

12. MARINHO, Emerson; ARAÚJO, Jair. Crescimento Econômico e Concentração de Renda: Seus efeitos na pobreza no Brasil. 2012. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produto/download/pde/PDE2010_Emerson_Jair.pdf. Acesso em 08 jan 2016.

13. NISHI, Lisandro Fin. **COEFICIENTE DE GINI**: uma medida de distribuição de renda. Florianópolis: UDESC, 2010.

14. VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.